CONTRA RAZÃO AO RECUSO INTERPOSTO PELA VK VELASQUEZ ITEM 2:

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI.

UASG: 240101

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01200.001414/2016-38

CONTRA-RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO.

ANDERSON MACEDO DA ROCHA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 15.333.845/0001-76, já aceita e habilitada no pregão em epígrafe, através de seu representante legal, infra-assinado, vem tempestivamente perante Vossa Senhoria, apresentar CONTRA-RAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa VK Velasquez - Consultoria e Assessoria Administrativa Eireli-ME, pelas razões de fato e fundamentos a seguir narrados.

DOS FATOS E DO DIREITO

A empresa VK Velasquez - Consultoria e Assessoria Administrativa Eireli-ME, ora Recorrente no pregão eletrônico 07/2016 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, insiste em argumentos que já se iniciam vencidos, sem embasamentos legais, demandando novos regramentos ao pregão, considerando-se autoridade/órgão competente para tal. No objetivo de ser sucinto, não repetirei os argumentos da recorrente, apenas os desfaço com os esclarecimentos que seguem:

1 – Quando cita os contratos, a recorrente não se atém que estes são solicitados em fase de diligência, não sendo obrigatórios e decisórios na fase de habilitação. Argui, mais uma vez, julgando-se autoridade competente para tomar decisões de como deveriam ser os contratos firmados entre a empresa Anderson Macedo da Rocha-Me e seus contratantes. Na tentativa de levar a capacitada equipe de licitações ao erro, informa inveridicamente que não enviamos, em fase de diligência, o contrato com o Grupo Realy, no qual consta no sistema, com data e hora de envio.

2 – Com um pouco mais de atenção, a Recorrente poderia constatar que os atestados de capacidade técnica emitidos por: Ministério do Trabalho e Emprego; DKS; Realy; Conselho Federal de Medicina; Frisson; Dalfer e NDI cumprem com a quantidade (mais de 50% do previsto no instrumento convocatório) e prazo mínimo estipulado no edital. E com relação à característica, a disciplina legal acerca das exigências de qualificação técnica está contida no art. 30 da Lei nº 8.666/93, cujo § 1º esclarece que a comprovação pode ser feita “por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado”. Saliento que em todos os atestados enviados constam o serviço de transcrição de áudio, serviço este igual e/ou idêntico ao do objeto deste Pregão em questão.

Mais importante para o que aqui se discute, o § 3º do mesmo artigo dispõe que “será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superior”.

Sobre o assunto, MARÇAL JUSTEN FILHO observa que “não há cabimento em impor a exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação”, isto é, “a idoneidade para executar o objeto licitado pode ser evidenciada por meio da execução de obras ou serviços similares, ainda que não idênticos”.

Nesse sentido, a dicção da Lei é genérica, cabendo à Administração, em cada caso concreto, especificar aquilo que é relevante para fins de comprovação, sem ferir o ditame legal que versa, repetamos, em similaridade e não em identidade.

3- Agradeço a recorrente por citar o Pregão 01/2016 do presente Ministério, para realçar a decisão da equipe de licitações e autoridade competente que, em nenhum momento, desqualificou a empresa recorrida. Segue decisão da autoridade competente em suma:

DECIDO pelo não provimento aos recursos apresentados pelas empresas PROIX CENTRO DE SERVIÇOS DE ESTENO TIPIA EPP-ME e STENO MOBI COMUNICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE LTDA-ME, devido à perda do objeto.

4 - Os atestados de capacidade técnica de Estenotipia (Transcrição de Áudio em Tempo Real in locu) estão em total conformidade com edital. Numa medida desesperada, a recorrente utiliza de argumentos realizados por outra Recorrente no passado que já não obteve êxito, já que esta mesma Comissão de Licitações realizou diligências e confirmou a veracidade de todos os documentos enviados.

5 – Em mais uma tentativa frustrante, a recorrente usa de subterfúgios incoerentes. Exemplifico novamente o pregão 95/2015 da Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Administração, Código da UASG: 110001 no qual a recorrente prestou ou presta serviços similares ao do objeto deste pregão e sua atividade econômica consiste em:

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo

Fonte: <http://www.cnae.ibge.gov.br/pesquisa.asp>

Cito ainda o pregão 12/2016 da PRRJ, UASG 200043, com objeto:

“A presente Licitação tem como objeto o Registro de Preços visando a eventual contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de suporte técnico-operacional a eventos, compreendendo serviços de captação de áudio e vídeo com transmissão simultânea, gravação,

edição e de gravação (transcrição de áudio gravado), com fornecimento de equipamentos, a serem realizados ...”

No qual o Pregoeiro Oficial RECUSOU a Intenção de Recurso, como relato abaixo:

Intenção e Recurso:

Prezado Sr. Pregoeiro, o contrato social, bem como o registro do CNAE do participante vencedor do certame, não possui nenhuma especificação quanto ao objeto do edital ou termo de referência, visto que só contempla organização de festas e eventos.

Recusa da Intenção do Recurso:

Motivo Aceite ou Recusa: O edital de licitação não pode ser interpretado restritivamente, sob pena de ferir o caráter competitivo do certame. Conforme verificação desta Comissão, a empresa recorrida possui código CNAE 82.19-9-99, o qual engloba serviços especializados de apoio administrativo não especificado anteriormente. Bem como, possui contratos vigentes com outros órgãos para prestação do objeto licitado neste certame.

Saliento que a empresa Anderson Macedo da Rocha-ME executou nos anos de 2014 e 2015 com objeto semelhante, serviços no Ministério do Trabalho e sonorização de forma satisfatória, nada constando nos registros deste órgão que a desabone. Executa contratos com Ministério Público Militar, Conselho Federal de Medicina, Procuradoria da República Rio de Janeiro, FUNCAMP, Universidade de Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, CREA Rio de Janeiro, entre outros órgãos públicos e empresas privadas, desta forma demonstrando expertise suficiente para execução com eficiência da Ata em questão.

DA CONCLUSÃO

1 – De acordo com o supracitado nesta Contrarrazão, a recorrente incorre de fatos e direitos incoerentes e sem embasamento, com o intuito apenas de ludibriar esta Comissão de Licitações em seu benefício, ensejando, portanto, no retardamento do processo licitatório.

POR MEDIDA DE BREVIDADE, O RECURSO ADMINISTRATIVO É UM DIREITO CONSTITUCIONAL, TODAVIA, A PRÓPRIA LEGISLAÇÃO DEFENDE QUE SEJA PROVIDO DE EMBASAMENTOS LEGAIS, COM FATOS CABÍVEIS. ACREDITAMOS QUE ESTA COMISSÃO ESTÁ MUITO BEM CAPACITADA, TENDO EM VISTA, A IMPORTÂNCIA DESSA CONTRATAÇÃO PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES INSTITUCIONAIS DESTE ÓRGÃO.

DO PEDIDO

Tendo a Empresa ANDERSON MACEDO DA ROCHA ME cumprido todas as exigências do edital, seus anexos e principalmente a legislação em vigor, requer que o referido recurso seja conhecido e julgado totalmente improcedente, dando o devido prosseguimento ao processo licitatório com a manutenção do resultado do certame e a posterior adjudicação de seu objeto à Recorrida, homologando-se o resultado.

Valparaíso de Goiás, 09 de DEZEMBRO de 2016.

ANDERSON MACEDO DA ROCHA

ANDERSON MACEDO DA ROCHA ME

(RDK Degrações e Eventos)

CNPJ nº: 15.333.845/0001-76